

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Mineração em terra indígena sai este mês.....	2
Título: Proposta de Zema prevê venda de Cemig e Copasa.....	3
Título: Proposta para destravar cessão onerosa é mal recebida no Congresso	5
Título: Votação da Previdência pode ficar para o fim do mês	6
Título: ANP inicia maratona de leilões	8
Título: Enauta planeja volta ao pré-sal e busca oportunidade em dois certames.....	11
Título: Vale quer gás barato para atender siderúrgicas.....	12
Título: Ação popular pede que Petrobras ressarça Petros em R\$ 3 bi	14
Título: Wintershall inicia plano de exploração no Nordeste.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Planalto quer dividir recursos do pré-sal com o Congresso	18
Título: Distribuidoras de gás resistem a ‘choque de energia barata’	19
Título: Pré-sal na mira	20
Título: Usina de Itaipu atinge 60 milhões de megawatts.....	20
Título: Protesto contra alta do combustível faz Equador decretar ‘estado de exceção’	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Privatizações rendem R\$ 78,6 bi em 2019, afirma ministério	23
Título: Sindicatos de petroleiros propõem rejeição da proposta feita pelo TST e ameaçam greve.....	24
Título: Equador decreta estado de exceção após protestos por alta da gasolina	25
Título: Desgaste entre Guedes e Bolsonaro aumenta	27
VEÍCULO: O Globo.....	29
Título: Governo levantou R\$ 96 bi com privatizações este ano.....	29

Título: Previdência: 2º turno pode ficar para o dia 22	30
Título: Olhar de dentro da Amazônia.....	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	34
Título: Acordo tenta pôr fim à guerra pelo pré-sal	34
Título: Leilão pode render R\$ 106,5 bilhões	36
Título: Desestatizações somam US\$ 23,5 bi.....	37

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Isadora Peron e Andrea Jubé — De Brasília

Título: Mineração em terra indígena sai este mês

Proposta do governo vai prever consulta às comunidades atingidas

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem que o projeto que autoriza o garimpo em terras indígenas está “bastante consolidado” e deve ser enviado ainda neste mês para o Congresso Nacional.

“Eu acredito que vai ser no mês outubro. O trabalho já está bastante consolidado, por todos os ministérios, e agora está em análise na Casa Civil, e em algum momento, em outubro, eu acredito que ele vai ser apresentado [ao Congresso]”, disse o ministro, após participar de uma cerimônia no Palácio do Planalto.

Segundo Bento Albuquerque, o governo ainda estuda se enviará uma medida provisória ou um projeto de lei sobre o assunto, mas que o texto vai liberar atividades econômicas nas reservas indígenas, desde que os projetos tenham o aval das comunidades afetadas.

“Vai ser possível ter atividade econômica em terras indígenas, pode ser mineração, agricultura, isso tudo vai depender inclusive das comunidades”,

defendeu Albuquerque. “A própria Constituição diz que elas [comunidades indígenas] têm que ser ouvidas e elas serão ouvidas.”

Para o ministro das Minas e Energias, “o que ocorre hoje em dia é que só atividade ilegal [existe] nessas áreas”, devido à falta de regulamentação dessas atividades.

“O que existe é a ilegalidade, a degradação do ambiente, e não dá a oportunidade das comunidades indígenas, que querem se integrar, de se integrarem à sociedade sendo autossuficientes e sustentáveis”, afirmou Albuquerque.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Proposta de Zema prevê venda de Cemig e Copasa

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), já tem definido um pacote de privatizações que será enviado nos próximos dias à Assembleia Legislativa. O governo vai propor a venda da Cemig (uma das maiores empresas de energia elétrica do país), da Gasmig (de distribuição de gás), da Copasa (de saneamento) e da Codemig (companhia que tem a exploração do nióbio como seu principal negócio).

A lista das privatizações foi confirmada ontem ao **Valor** pela deputada estadual Laura Serrano, que é do partido do governador.

Das quatro empresas, Cemig e Copasa têm ações negociadas em bolsa. Pela Constituição estadual, a venda das duas precisa passar não apenas pela Assembleia Legislativa, mas também por um referendo popular.

“O governo deve enviar uma proposta de emenda à Constituição para revogar esse dispositivo do referendo popular”, afirmou a deputada.

Segundo ela, além de caro e demorado, o referendo seria algo redundante, uma vez que - na sua avaliação e na avaliação repetida por membros do Executivo - os mineiros já se posicionaram a favor das privatizações nas eleições do ano passado quando elegeram Zema com sua plataforma clara de venda das companhias.

Além das privatizações, o governo incluirá no pacote, de acordo com a deputada, proposta de aumento e 11% para 14% das contribuições previdenciárias pagas pelos servidores públicos mineiros.

As medidas vêm sendo discutidas desde o início do ano e várias delas já foram ventiladas, mas até então governo e seus aliados não tinham confirmado o conteúdo do que estará, de fato, no pacote.

Segundo ela, serão seis projetos, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e projetos de lei complementar.

Os projetos devem ser apresentados aos deputados estaduais mineiros nos próximos dias, disse Laura Serrano.

A aprovação dessas e de outras medidas são exigências feitas pela lei federal que regulamenta o Regime de Recuperação Fiscal, do governo federal.

Por meio desse regime, Estados em aguda crise fiscal, como é o caso de Minas, podem ficar por três anos sem pagar o serviço da dívida que têm com a União.

Para Minas Gerais, isso significaria deixar de pagar cerca de R\$ 8 bilhões por ano à União.

O governo Zema defende que a adesão ao regime de recuperação é a única solução viável para que o Estado consiga ter alívio momentâneo e para reequilibrar suas contas. Desde 2015, Minas tem orçamentos deficitários. A previsão para 2020 - sem considerar ainda a adesão ao regime - é que as despesas fiquem R\$ 13,29 bilhões maiores que as receitas.

“Se esses projetos forem aprovados, a expectativa é que em quatro anos o Estado passe a ter superávit corrente [receitas superiores às despesas, mas sem considerar os custos com a dívida] e que em seis ou sete anos haja um superávit nas contas, já considerando os gastos com a dívida”, diz a deputada.

Eleito no ano passado, Zema ainda não conseguiu formar maioria na Assembleia. Dos 77 deputados, o bloco governista conta com apenas 21 integrantes. A tramitação do pacote de medidas será o primeiro grande teste da capacidade de articulação política de seu governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/10/2019****Seção: Política****Autor: Fabio Graner, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília****Título: Proposta para destravar cessão onerosa é mal recebida no Congresso**

O governo propôs a lideranças do Congresso que no âmbito do novo pacto federativo parte dos recursos dos leilões de petróleo dos próximos 30 anos seja distribuídas a Estados e Municípios por meio de emendas parlamentares. Assim, a parcela destinada a estados e municípios seria dividida em partes iguais para os governos estaduais, prefeituras e emendas de deputados e senadores.

A ideia é uma alternativa que tenta destravar o debate em torno da partilha dos recursos da cessão onerosa, cujo acordo original era dividir 15% para governos estaduais e 15% para municipais, além de 3% para Estados produtores, como o Rio de Janeiro. Ao **Valor**, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) negou a existência de acordo para os leilões futuros de petróleo e ainda indicou que discorda da ideia de transportar a proposta para o mega-leilão.

“Não conheço esta proposta. Não vou discutir mudanças na distribuição sem conversar com o Senado. Para mim, é 15% para um, e 15% para outro. Não vou fazer nada sem ter a posição de liderança do presidente do Senado, Davi Alcolumbre”, ressaltou.

O líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), avalia que a sugestão não acabaria com a insatisfação de governadores do Sul com a proposta. Segundo ele, a resistência não está atrelada a uma falta de participação direta de deputados e senadores na distribuição, por meio de emendas parlamentares.

Ele lembra que alguns governadores queriam que uma fatia do valor destinado aos entes federativos fosse utilizada para compensar pelas perdas com a Lei Kandir. “Teremos duas semanas para resolver essa questão da distribuição na comissão especial. Não é um assunto para se resolver em meia hora de reunião”, disse Elmar.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Felipe Francischini (PSL-PR), também não acredita na viabilidade da proposta. “É uma proposta que muitos até gostariam de passar, mas acho que não tem viabilidade. Acho que fica um pouco pesado, porque já tem orçamento impositivo das emendas de bancada, das emendas individuais. Eu até acredito que muita gente gostaria disso mas não tem viabilidade política para construir um texto neste sentido”, afirmou.

Rodrigo Maia também disse ontem que está trabalhando para construir “uma solução para a distribuição, que atenda todos os governadores e que não gere nenhum tipo de atrito”. Ele afirmou que já conversou com Alcolumbre e com os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), para negociar esse texto. “Vamos resolver a cessão onerosa. Vamos aprovar na Câmara. É melhor dialogar e construir acordo entre as duas Casas”.

Se a proposta de divisão imaginada pelo governo fosse adiante para o leilão de novembro isso implicaria em cerca de R\$ 7,2 bilhões para as emendas parlamentares, dos mais de R\$ 21 bilhões previstos para Estados e Municípios relativos ao bônus de assinatura do certame.

Uma fonte envolvida nas discussões alerta, contudo, que o valor para emendas parlamentares poderia ser diferente, dado que ainda não há um acerto sobre esse modelo e outros arranjos seriam possíveis, com diferentes percentuais sendo direcionados para cada grupo.

Há uma forte disputa política entre as duas Casas em torno da partilha dos recursos a serem extraídos cessão onerosa. Parte dos deputados quer mais dinheiro para os municípios e não só os 15% originalmente acordados. Esse movimento, contudo, reduziria a parcela dos governadores, o que causou revolta no Senado e colocou em risco a reforma da Previdência, que ainda depende de votação em segundo turno. Os senadores nessa semana impuseram uma grande derrota ao governo retirando da reforma as mudanças no abono salarial.

A percepção do governo é que o modelo de divisão de recursos proposto para os leilões de petróleo das próximas décadas é a “chave da nova política”, na qual se reduziria o fisiologismo.

Isso porque o dinheiro para os governos estaduais e prefeituras estaria garantido independentemente do desejo da União nos próximos 30 anos, com volumes crescentes. Além disso, reduziria a barganha de parlamentares com o governo federal, pois teriam um fluxo mais seguro de recursos para suas emendas sem depender da caneta de ministros e presidentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima e Raphael Di Cunto — De Brasília

Título: Votação da Previdência pode ficar para o fim do mês

O governo do presidente Jair Bolsonaro terá de resolver três demandas do Senado para encaminhar a votação em segundo turno da reforma da

Previdência ainda este mês. Além das medidas do chamado Pacto Federativo, prometidas desde março e até agora não colocadas no papel, os parlamentares cobram uma definição do governo na divisão com Estados e municípios dos recursos do leilão da cessão onerosa do pré-sal e o encaminhamento de projeto com os créditos orçamentários para liberar as emendas prometidas aos senadores, tal como ocorreu na Câmara dos Deputados.

Até uma questão religiosa entrou na conta de um possível atraso na votação: pelo menos 15 senadores embarcam quinta-feira para a Itália para acompanhar a cerimônia de canonização de Irmã Dulce pelo Papa Francisco. Tudo somado, já há governista que fale de votação apenas após o dia 22 de outubro.

Não há até o momento perspectiva de acelerar o trâmite para votar a mudança nas regras de aposentadoria na próxima semana. A derrota do governo com a derrubada das novas regras sobre o abono salarial não foi de todo inesperada, mas causou uma reação do ministro da Economia, Paulo Guedes, que cancelou agendas com bancadas de senadores de PSD, PP e MDB no dia seguinte, bem como fez chegar o recado de que poderia descontar “cada bilhão” retirado da reforma da Previdência com a diminuição de medidas de socorro aos entes irritou o Senado.

A postura gerou mais reações negativas. “Guedes continua agindo como se ele fosse um enviado dos céus para nos salvar. Como se nada do que ele faz pudesse ser contestado, age como se só ele fosse bem-intencionado e o Congresso, corrupto. Não é verdade e não vai funcionar se insistir nisso”, avalia o senador Alessandro Vieira (Cid-SE), do grupo “Muda Senado”, que elegeu o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) e reúne mais de duas dezenas de senadores.

Para Simone Tebet (MDB-MS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a articulação do governo falhou na votação em primeiro turno. Na CCJ, já estava evidente que a questão do abono dividia os senadores. Na votação de um destaque do PDT, foram 12 votos pela manutenção das regras atuais e 12 pela mudança. Foi preciso que Tebet desempatasse em favor do governo.

No plenário, novamente o destaque foi colocado e, desta vez, as novas regras propostas foram derrubadas. “Faltou articulação. Tinha que negociar mais, explicar mais, não podia votar naquele momento”, aponta. Além disso, os senadores reclamaram que o abono é pago por meio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), não podendo ser contabilizado como economia para o Tesouro. Assim, os senadores não estariam “tirando” R\$ 76 bilhões da economia esperada, como dito. O governo, ao invés de explicar, preferiu insistir em demonizar quem votasse contra a mudança. E perdeu.

“O abono é um dinheiro que ajuda a girar a economia, é usado pelo trabalhador no comércio, na compra do presentinho no fim de ano. Tem o mesmo efeito da liberação dos recursos do FGTS, que o próprio governo está fazendo. Ficou mal explicada a questão”, observa a senadora.

Parlamentares apontam que Alcolumbre não tem a mesma experiência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), nas negociações. Maia construiu, junto com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho (PSDB), uma série de acordos com o Centrão e até com a oposição para diminuir as resistências ao projeto. Alcolumbre levou a votação sem estar 100% azeitado e as disputas em plenário fizeram com que ele, inúmeras vezes, se enrolasse até nos encaminhamentos.

Outro impasse do governo com os senadores é a liberação de emendas orçamentárias extras para quem votar a favor. O Planalto mandou um projeto de lei liberando R\$ 3 bilhões durante a votação na Câmara, com a promessa de que os recursos iriam para as bases eleitorais de quem apoiasse a reforma. No Senado, não houve tal projeto, embora tenham ocorrido promessas de ampliar o dinheiro de obras nos Estados para diminuir o desgaste político da aprovação. Pesa também o impasse sobre o leilão da cessão onerosa.

O Senado aprovou uma divisão que privilegia Norte, Nordeste e Rio de Janeiro, o que fez parlamentares ligados aos demais Estados travarem a votação na Câmara. Durante a sessão, diversos senadores condicionaram a aprovação da reforma em segundo turno à conclusão dessas negociações. Um deputado explica: tem governador do Nordeste que receberá até R\$ 900 milhões, suficientes para garantir um mandato tranquilo e com obras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: ANP inicia maratona de leilões

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) inaugura na próxima semana uma sequência de três leilões de óleo e gás em menos de um mês. A 16ª Rodada de concessões, na próxima quinta-feira, será a primeira grande licitação do tipo do governo Jair Bolsonaro. Ao todo, 17 petroleiras se inscreveram para disputar 36 blocos para exploração, em águas profundas e ultraprofundas do litoral do Sudeste e Nordeste. Com outorgas mais baratas do que aquelas envolvidas nos dois leilões seguintes (6ª Rodada do Pré-sal e o megaleilão dos excedentes da

cessão onerosa), a expectativa é que a licitação do dia 10 desponte como a grande oportunidade para que médias petroleiras marquem presença nas disputadas Bacias de Campos e Santos.

A 16ª Rodada ofertará também oportunidades nas bacias de Pernambuco-Paraíba, Jacuípe e Camamu-Almada, no litoral nordestino. No entanto, uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), que pede a retirada de todos os sete blocos da costa baiana, diante dos riscos sobre o parque marinho de Abrolhos, deve restringir o interesse por essas áreas. Com isso, a grande expectativa, mais uma vez, gira em torno das duas maiores regiões produtoras do país.

Pelo terceiro ano seguido a ANP oferecerá ao mercado oportunidades de aquisição em Campos e Santos. A oferta de ativos nessas duas bacias se tornou uma fonte de receitas importante para a União nos últimos dois anos. Desde 2017, as petroleiras pagaram, ao todo, R\$ 27,6 bilhões para arrematar 34 blocos nas costas fluminense e paulista, nas seis licitações realizadas no período.

Para a 16ª Rodada, o governo estipulou em R\$ 3,2 bilhões o bônus de assinatura mínimo pelas 36 áreas que serão ofertadas. Na prática, porém, a arrecadação pode ser maior, a depender dos ágios apresentados pelos ativos, ou menor, caso poucas áreas sejam negociadas. No modelo de concessão, ganha quem apresentar o maior bônus de assinatura.

Para o sócio do escritório Mattos Filho e especialista em óleo e gás, Felipe Feres, os blocos que contornam o polígono do pré-sal e as áreas negociadas na 15ª Rodada, sobretudo na Bacia de Campos, devem ser os mais disputados. Apesar de as grandes companhias estarem mais interessadas no leilão dos excedentes da cessão onerosa, o advogado acredita que esses ativos podem despertar o interesse das grandes que compraram concessões na região, nas rodadas passadas (caso da Petrobras, ExxonMobil, Shell, BP, Chevron e Repsol).

Ele lembra, ainda, que os ativos ofertados na 16ª Rodada têm potencial para o pré-sal e que a licitação trabalha com o regime de concessão, que em geral é visto como mais atrativo. Feres, porém, considera que os bônus definidos para a rodada são acessíveis também para empresas médias (Enauta, Karoon, Murphy Oil e Wintershall Dea, por exemplo). Dentre as 24 áreas das bacias de Campos e Santos, há ativos com bônus de R\$ 8,9 milhões a R\$ 1,375 bilhão.

“Há alguns blocos mais baratos. É um portfólio de ativos que cria atratividade também para empresas de médio porte. Apesar de termos três rodadas em

menos de um mês elas chamarão empresas de diferentes perfis”, comenta Feres.

Para Anderson Dutra, sócio da área de Energia e Recursos Naturais da KPMG, o principal ativo da 16ª Rodada, o bloco C-M-541, na Bacia de Campos, deverá ser disputado pelas maiores companhias. E quem sair vencedor do bloco, pode ter menos interesse para a 6ª Rodada do Pré-sal, em novembro.

A 16ª Rodada será um leilão de continuidade. A licitação já estava incluída no calendário plurianual herdado do governo Michel Temer. Para a licitação da próxima semana, não há nenhuma grande mudança regulatória.

Dutra, da KPMG, destaca que o cenário macroeconômico do atual governo é favorável. “Estamos em um momento bom. Os ativos são bons, a economia está se recuperando e o governo está implementando a agenda de reformas”, diz.

Já entre os pontos de preocupação do setor, Feres, do Mattos Filho, menciona o processo de licenciamento ambiental. Ele acredita que os questionamentos do MPF sobre Jacuípe e Camamu-Almada criam um clima de insegurança jurídica que podem afastar potenciais investidores.

O secretário-executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antônio Guimarães, por sua vez, conta que as empresas do setor têm manifestado preocupação, também, com discussões sobre conteúdo local, no Congresso.

Após a flexibilização da política de nacionalização, nos últimos anos, tramita na Câmara um projeto (nº 7401/2017) para fixar, em lei, os percentuais de compra de bens e serviços locais. Hoje esses percentuais são definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para cada leilão. A ideia, do PL, é que os percentuais sugeridos (mais elevados que os atuais) sejam fixados com validade até 2040. Para Guimarães, as discussões sobre as novas regras podem criar insegurança jurídica, às vésperas de leilões do setor.

Com relação à 6ª Rodada do Pré-sal, a ANP divulgou ontem a lista das primeiras 13 empresas habilitadas. Até o momento, a Petrobras é a única companhia brasileira apta para o certame. As demais habilitadas são a britânica BP, as americanas Chevron, ExxonMobil e Murphy, as chinesas CNOOC e CNODC, a colombiana Ecopetrol, a malaia Petronas, a catari QPI, a sino-espanhola Repsol Sinopec, a anglo-holandesa Shell e a alemã Wintershall DEA.

O número de habilitadas, porém, pode aumentar. A Comissão Especial de Licitação (CEL) vai analisar em 14 de outubro as habilitações de outras quatro empresas. No leilão, serão oferecidas cinco áreas no polígono do pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Enauta planeja volta ao pré-sal e busca oportunidade em dois certames

Em meio à forte presença das grandes multinacionais nos próximos leilões de óleo e gás, uma petroleira, em especial, chama a atenção: a Enauta (antiga Queiroz Galvão Exploração e Produção) é a única empresa brasileira inscrita na 16ª Rodada de concessões, marcada para 10 de outubro, além da Petrobras. Petroleira privada de capital nacional mais ativa nas rodadas de 2017 e 2018 e a única a adquirir blocos exploratórios em alto mar, a companhia busca, agora, oportunidades no pré-sal.

A empresa já chegou a atuar na região, como sócia minoritária da Petrobras na descoberta de Carcará, na Bacia de Santos, mas vendeu sua fatia de 10% no ativo para a norueguesa Equinor, em 2017, por US\$ 379 milhões. O presidente da Enauta, Lincoln Guardado, disse, contudo, que a companhia tem o interesse em comprar ao menos uma área do pré-sal. Para isso, segundo ele, a empresa se inscreveu tanto para a 16ª Rodada de concessões, quanto na 6ª Rodada de partilha, marcada para 7 de novembro.

O executivo destacou que o investimento se dará “dentro dos limites” da companhia, tanto na capacidade de fazer frente aos bônus de assinatura de aquisição quanto aos compromissos de investimentos futuros. A petroleira tem hoje, em seu caixa, cerca de R\$ 1,5 bilhão.

“O pré-sal é algo que mantemos no nosso radar, dentro das nossas possibilidades, sem dúvida nenhuma. Gostaríamos de um dia voltarmos a ter um bloco exploratório e, a depender do que ocorrer daqui para frente, até mesmo ter mais de um bloco”, afirmou ao **Valor**.

Com receita da ordem de R\$ 800 milhões em 2018, a Enauta é, hoje, uma das dez maiores produtoras de petróleo do país, com produção média de 11 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia). O volume é relativo aos 50% de participação da companhia no campo de petróleo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, e de 45% no campo de gás natural de Manati, em Camamu-Almada.

Após o fim do império de Eike Batista e da OGX (hoje rebatizada de Dommo Energia), a Enauta despontou como principal petroleira privada do país, ao lado da PetroRio (ex-HRT). As duas companhias, ambas listadas em bolsa, no entanto, têm perfis diferentes. Enquanto a PetroRio se concentrou na operação de campos maduros, a Enauta desenvolveu o campo de Atlanta, do zero, e aposta na atividade de exploração, na busca de novas descobertas.

Guardado afirma que a intenção da empresa é conseguir uma área no pré-sal “se não agora, no futuro”. Segundo ele, a disposição da empresa, nos próximos leilões, considerará os compromissos de investimento já assumidos com Atlanta. O campo produz cerca de 28 mil barris/dia, por meio de um sistema antecipado, mas deve entrar numa fase definitiva, de maior capacidade, de 50 mil, em 2022. Para o ano que vem, a previsão da companhia é investir, ao todo, US\$ 90 milhões no projeto.

O executivo destaca, por outro lado, que o aumento da produção de Atlanta reforçará o caixa da empresa. “Isso vai ajudar nosso fluxo de caixa e a tomarmos uma decisão sobre participação em pré-sal daqui para frente”, disse Guardado.

Além de buscar oportunidades nos próximos leilões da ANP, ele afirmou que a empresa também tem o interesse de, no futuro, perfurar no horizonte do pré-sal dentro do próprio campo de Atlanta. Segundo Guardado, no entanto, o investimento só será feito depois da instalação do sistema definitivo do campo, ou seja, a partir de 2023.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Vale quer gás barato para atender siderúrgicas

A Vale tem interesse em aproveitar a potencial redução do preço do gás natural no Brasil para desenvolver um novo produto, chamado de HBI, que tem altíssimo teor de ferro contido e permite atender a demanda de siderúrgicas por aumento de produtividade e redução de emissões de gás carbônico na produção de aço.

Em conversas com o ministro da Economia, Paulo Guedes, executivos da Vale indicaram que a mineradora se dispõe a ser uma consumidora de gás natural, desde que seja uma molécula de baixo custo, para implantar, em parceria com outras empresas, unidades de produção de HBI. O produto tem teor de ferro de 93%, ante os 65% do minério de ferro de Carajás, e é usado tanto em fornos

elétricos de siderúrgicas, que se valem da sucata como matéria-prima, como em altos-fornos, que utilizam minério de ferro para a produção de aço.

Há estimativas de que a tonelada do HBI situa-se entre US\$ 250 a US\$ 300 por tonelada, enquanto o minério de ferro fechou cotado ontem a cerca de US\$ 93 por tonelada no mercado à vista da China.

O desenvolvimento do HBI está em fase de estudos na Vale, que tem equipe dedicada a analisar as alternativas do que chama de produtos metálicos, considerados como o próximo passo, em termos de pureza química, para as siderúrgicas. O HBI substitui a sucata de baixa qualidade nas aciarias elétricas, além de reduzir o consumo de coque em altos-fornos, e vale-se do gás natural para ser produzido. Na lista de produtos metálicos, estão a sucata, o gusa sólido, o DRI (produto de redução direta de pelotas) e o HBI, que é um DRI compactado, como se fosse um tijolo. Esta semana a empresa fez uma apresentação para analistas de bancos de investimento em sua sede, no Rio, para falar do HBI e de outras ações que vem adotando face aos desafios da indústria siderúrgica mundial em termos de redução de emissões de gases poluentes.

A próxima fase dos trabalhos, depois dos estudos de pesquisa e desenvolvimento, passa pela definição do modelo de negócio para essa área de produtos metálicos. A Vale considera o HBI apropriado para assegurar demanda cativa de minério de ferro, mesmo que essa procura pela commodity venha a diminuir no futuro. Existe estimativa que a Vale poderia produzir 20 milhões de toneladas anuais de HBI a partir de 2025, o que representaria 5% da produção anualizada da empresa, de 400 milhões de toneladas de minério de ferro. Esse volume de produção de minério deveria ser atingido este ano, mas foi comprometido pela tragédia de Brumadinho e será alcançado mais à frente, embora hoje não se saiba exatamente quando.

A avaliação da mineradora é que o HBI será um produto de “nicho” e que o principal negócio da empresa continuará a ser o minério de ferro. Também está claro que a companhia não vai comprometer capital ou o seu balanço financeiro com investimentos nesse negócio. A ideia é apostar em parcerias como fez, no passado, no desenvolvimento de pelletizadoras em Tubarão (ES) com capitais japoneses e coreanos. A mineradora entraria fornecendo minério de ferro de qualidade, como os finos de minério, e garantiria, por exemplo, contratos de compra e venda de gás natural, o que poderia contribuir para a redução de custos do insumo energético.

O gás natural tem hoje um custo aproximado de cerca de US\$ 15 por milhão de BTU no mercado brasileiro e, para tornar o negócio do HBI viável para a Vale, teria que cair para um patamar de cerca de US\$ 4 por milhão de BTU, uma vez

que a mineradora seria uma grande consumidora do insumo, segundo estimativas preliminares da companhia. Clientes industriais menores de gás natural poderiam ter um custo um maior, da ordem de US\$ 6 a US\$ 7 por milhão de BTU, disseram fontes próximas da mineradora.

Pelo lado da demanda, a Vale vê potencial de fornecer o HBI para siderúrgicas no Brasil, mas o foco principal, em uma primeira etapa, recairia sobre dois tipos de clientes: siderúrgicas na Europa, que precisam atender requisitos de redução de emissão de gás carbônico, e usinas de aço nos Estados Unidos, país que produz aço, em grande percentual, a partir de sucata. No futuro também haveria potencial de a Vale exportar HBI para a China, o que se vincula ao desenvolvimento industrial do mercado chinês e, portanto, à maior oferta de sucata.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia — De São Paulo

Título: Ação popular pede que Petrobras ressarça Petros em R\$ 3 bi

A Petrobras é alvo de uma ação popular movida por um grupo de 138 funcionários da companhia pedindo que a estatal cubra um rombo de quase R\$ 3 bilhões na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros). Segundo o processo, o prejuízo do fundo de pensão teve como origem manobras usadas pela estatal entre 2004 e 2006 para descumprir os acordos de reajuste dos benefícios de seus aposentados e pensionistas.

Segundo documentos ao qual o **Valor** teve acesso, a ação foi ajuizada na segunda-feira na 14ª Vara Cível Federal de São Paulo. O valor da causa é de R\$ 2,9 bilhões, em valores históricos de 2014. Os 138 autores da ação são petroleiros, em sua maioria aposentados e pensionistas, com alguns ainda na ativa.

Petros arcou com custos de acordo entre estatal e funcionários para ressarcir defasagem de 2004 a 2006

“Nosso pedido é que a Petrobras arque com o prejuízo de R\$ 2,9 bilhões e também com valores que eventualmente serão apurados no processo e podem superar esse montante”, disse Fabio da Rocha Gentili, sócio do escritório de advocacia Benetti, Gentile e Ruivo, responsável pela ação popular. O prejuízo teria sido causado por um acordo firmado em 2014 entre a Petrobras e seus

funcionários, na qual houve o compromisso de reembolsar, para todos que aderissem, a defasagem nos benefícios causada pela manobra usada entre 2004 e 2006. A ação diz que, embora tenha firmado tal acordo, a Petrobras não aportou recursos na Petros para honrar as despesas, o que ajudou a aprofundar o déficit do fundo de pensão.

A ação pede que o fundo de pensão seja ressarcido, pois o prejuízo compõe o déficit bilionário que está sendo repassado aos seus participantes por meio do plano de equacionamento instituído em 2017.

O problema discutido no processo tem como origem o descumprimento de uma regra de 1984, quando a Petrobras se comprometeu em garantir que o reajuste das aposentadorias da previdência complementar acompanhasse os reajustes de salários da ativa. “Isto é, a aposentadoria e a pensão dos assistidos passaram a ter a mesma recomposição inflacionária aplicada à remuneração dos participantes em atividade, acompanhando os reajustes da política salarial da categoria”, diz a ação.

De acordo com a ação, a estatal também garantiu, na época, que iria aportar na Petros os recursos necessários para cobrir eventuais déficits causados pela regra. “Déficits técnicos que porventura ocorram serão objeto de aporte por parte das patrocinadoras, na mesma proporção de suas contribuições nos anos em que o aporte se fizer necessário”, diz a proposta que foi apresentada pela diretoria da Petros na época. O então presidente da estatal Thelmo Dutra de Rezende ratificou tal compromisso, o que, diz o processo, não deixa restar dúvida sobre as obrigações da Petrobras.

Entre 2004 e 2006, contudo, foi adotada uma manobra na qual a Petrobras passou a conceder reajustes salariais disfarçados de “promoções” aos funcionários, inclusive os que tinham atingido o topo da carreira, para os quais foram criadas novas posições dentro da companhia. “A ré Petrobras dissimulou o reajuste salarial concedido a todos os seus empregados nos acordos coletivos de 2004, 2005 e 2006, disfarçando-os de ‘promoção’ - como se fosse possível elevar os níveis de todos os seus funcionários, ao mesmo tempo”, afirma o processo.

Posteriormente, muitas ações foram ajuizadas por aposentados e pensionistas, com condenações suportadas exclusivamente pela Petros, que pagou integralmente as indenizações e reajustes. “Até hoje, todavia, a ré Petrobras se recusa a arcar com suas responsabilidades pelo impacto dos reajustes salariais

dissimulados que concedeu a seus empregados sobre os benefícios previdenciários dos inativos do Plano Petros”, diz o processo.

A resposta da Petrobras, segundo a ação popular, foi trabalhar para que houvesse um “acordo global” em favor dos inativos, que acabou se provando um “grande prejuízo” ao fundo de pensão. No acordo coletivo de trabalho relativo ao período de 2013 a 2015, a estatal se prontificou a “envidar esforços” com a Petros para celebrar acordos com os aposentados e pensionistas que tinham vencido processos questionando as manobras de 2004, 2005 e 2006.

O chamado “acordo de níveis” acabou sendo celebrado em 2014, com o reconhecimento das diferenças dos reajustes salariais para todos aqueles que aderissem, mesmo os que não tinham entrado na Justiça ou que tinham perdido ações em juízo. A ação popular aponta que a Petros recomendou que os acordos pretendidos não fossem celebrados, pois a conduta poderia ser considerada contrária ao regulamento do plano de previdência. Os acordos só poderiam ser firmados se o pagamento de valores fosse uma responsabilidade da patrocinadora do fundo - ou seja, a Petrobras.

Em seguida, a estatal teria “imposto” à Petros o cumprimento dos acordos, por meio de uma carta enviada em 14 de outubro de 2014 à presidência do fundo de pensão. Em dezembro, o conselho deliberativo da Petros aprovou o acordo como solicitado. O impacto financeiro estimado no momento era de R\$ 2,4 bilhões. A Petros, posteriormente, acabou criando um “fundo previdencial” no valor de R\$ 2,9 bilhões para arcar com tais custos. “Embora responsável pelos ônus daqueles reajustes salariais dissimulados, a Petrobras não fez absolutamente nenhum aporte ao referido ‘fundo previdencial’”, diz a ação.

A ação popular aponta ainda que a própria Petros ajuizou uma ação de regresso contra a Petrobras em 2018, pedindo a restituição dos “milhões” pagos nas ações relativas às manobras feitas entre 2004 e 2006. Segundo Gentili, a Petros pede que a Petrobras arque com metade do que foi pago aos assistidos. “A ação não se confunde com a nossa, que pede indenização da conta do acordo de níveis”, afirma o advogado.

“O valor da ação é grande, mas os requerentes não querem dinheiro, querem que o fundo de pensão seja recomposto”, diz Gentili. Segundo ele, a ação popular admite que outros cidadãos sejam incluídos como requerentes, desde que seja requerido por eles. Além disso, a própria Petros pode mudar de lado e

passar a ser do polo ativo da ação. “A Petros tem autonomia de buscar seus direitos e se recuperar desse rombo bilionário”, diz o advogado.

Procurada, a Petrobras disse que não iria comentar por não ter sido notificada sobre a ação. A estatal não respondeu se fez aportes no fundo de pensão referentes ao acordo de 2014. A Petros também disse que não foi notificada sobre a ação e que, por isso, não poderia comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Wintershall inicia plano de exploração no Nordeste

Grupo alemão busca sócio com quem dividir os investimentos futuros na região

Após investir R\$ 152 milhões para comprar sete concessões, em sua estreia no Brasil, em 2018, a petroleira alemã Wintershall Dea quer buscar um sócio com quem dividir seus investimentos futuros no Nordeste. Em seus primeiros passos exploratórios no país, a empresa deu início às campanhas sísmicas que levantarão as primeiras informações sobre os ativos nas Bacias Potiguar e Ceará. Ao mesmo tempo, a companhia busca novas oportunidades de negócios nos próximos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A Wintershall Dea está entre as inscritas para participar da 16ª Rodada de concessões, na próxima quinta-feira, e do megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, em 6 de novembro. A empresa alemã estreou no Brasil, no ano passado, ainda como Wintershall, subsidiária da Basf. Este ano, a companhia se fundiu com a conterrânea DEA Deutsche Erdoel AG, para criar uma petroleira maior, com uma produção global prevista para este ano de 630 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia).

A entrada da Wintershall no mercado brasileiro se deu na 15ª Rodada, com a compra de 100% de três blocos na Bacia Potiguar e um na Bacia do Ceará. Na ocasião, a empresa também entrou como sócia minoritária, com uma fatia de 20%, em outros três ativos, dois na Bacia de Campos e um na de Santos, em sociedade com a americana Chevron (40%) e a espanhola Repsol (40%).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/10/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Planalto quer dividir recursos do pré-sal com o Congresso**

Parlamentares devem ter parte do dinheiro do pré-sal

Para acabar 'guerra' entre Câmara e Senado, governo quer dividir recursos do megaleilão de petróleo com deputados e senadores

Para acabar com a "guerra" aberta entre o Senado e a Câmara que ameaça desidrar ainda mais a economia da reforma da Previdência, o governo propôs a divisão do dinheiro do megaleilão de petróleo da área do pré-sal também com senadores e deputados por meio do aumento de recursos para emendas parlamentares. A informação, porém, não foi bem recebida pela Cúpula do Congresso.

A disputa pela partilha do dinheiro do pré-sal colocou em lados opostos os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e abriu uma crise também com governadores e prefeitos. Próximos, Maia e Alcolumbre brigaram antes e depois do acordo fechado, na semana passada, que abriu caminho para o leilão, mas deixou para depois a definição sobre a forma de divisão dos recursos entre prefeitos e governadores.

Caciques da Câmara, entre eles os líderes do PP, Arthur Lira (AL), e do DEM, Elmar Nascimento (BA), comandaram nos bastidores um movimento para diminuir a parcela de 15% acertada para Estados e subir de 15% para 20% o dinheiro destinado aos prefeitos. Como antecipou o Estado, a intenção era também diminuir a parte da União. Em retaliação, os senadores, principalmente da bancada do Norte e do Nordeste, organizados em torno dos governadores, impuseram uma perda de R\$ 73,4 bilhões na economia da reforma na votação em primeiro turno no Senado.

Ameaça. Os senadores também ameaçaram não votar a reforma em segundo turno até que o acordo inicial fosse respeitado. Já os deputados resistem a dar recursos aos governadores, sobretudo do Nordeste, que não apoiaram a reforma da Previdência. Nos bastidores, eles reclamam da atuação dos senadores Renan Calheiros (MDB-RN) e Eduardo Braga (MDB-AM). Os dois lados fizeram acusações mútuas de descumprir o acordo, que incluía a votação da Previdência e a partilha igual entre Estados e municípios. Com o impasse, o governo busca o acordo para não perder mais com a Previdência.

Além de partilhar o bônus que será pago pelas empresas vencedoras, o governo ainda propõe dividir os recursos arrecadados nos próximos 30 anos com a exploração do pré-sal (receitas de royalties e participações de petróleo que hoje são só da União) em três partes: Estados, municípios e Congresso. Dessa forma, logo depois do leilão, Estados, municípios e parlamentares (por meio das emendas) ficariam cada um com R\$ 7,3 bilhões dos R\$ 106,5 bilhões que serão arrecadados com o leilão.

Divisão. A partilha acordada inicialmente era de R\$ 10,95 bilhões para Estados e para municípios. Outros R\$ 2,19 bilhões seriam distribuídos para o Rio. A União ficaria com R\$ 48,9 bilhões. Uma fonte da equipe econômica avaliou que a proposta, se aceita, pode ser “matadora” e a chave da “nova política”, já que o Congresso passará a ter mais recursos para as emendas. Muitos parlamentares reclamam que tiveram “custo político” em aprovar a reforma e os recursos acabariam indo para os governadores que não têm tanta influência no Congresso.

Maia ontem se encontrou com Guedes. A interlocutores, no entanto, diz desconhecer essa proposta. “Vamos fazer uma construção em conjunto sob a liderança de Alcolumbre para que a gente possa aprovar a PEC da cessão onerosa na Câmara e encaminhar para a promulgação”, afirmou Maia, após o encontro. / COLABOROU EDUARDO RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Distribuidoras de gás resistem a ‘choque de energia barata’

Mercado acompanha caso de Sergipe, onde Sergás tenta impedir elétrica de construir e operar seus dutos

Lançado há dois meses pelo governo federal, o Novo Mercado de Gás começa a enfrentar as primeiras resistências nos Estados. Mais conhecido por seu apelido Choque da Energia Barata, dado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o programa visa a reindustrializar o País. Para isso, a adesão dos Estados é fundamental, já que cabe a eles organizar a regulação da distribuição local de gás canalizado, incluindo as condições para o mercado livre – ambiente em que empresas fecham contratos com o produtor, sem intermédio da distribuidora.

As distribuidoras, no entanto, têm se articulado com medidas judiciais e pacotes de investimentos que vão na direção contrária aos planos da equipe econômica. O setor acompanha com lupa medidas adotadas no Rio de Janeiro, Sergipe,

Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para a indústria, São Paulo, que opta por um caminho diferente, deve ser o grande perdedor, enquanto Sergipe e Rio de Janeiro disputam a liderança dessa corrida pelo gás mais barato do País. A primeira briga começou em Sergipe: antes mesmo do lançamento do programa do governo federal, o Estado autorizou um contrato para que a Centrais Elétricas do Sergipe (Celse), dona da Usina Termoelétrica Porto de Sergipe 1, construa e opere os próprios dutos até o litoral, atuando como autoimportadora – essa é uma das bases do Novo Mercado de Gás.

A distribuidora Sergás entrou na Justiça contra a medida e, até agora, sofreu derrotas nas duas primeiras instâncias. Essa disputa em Sergipe é acompanhada por todo o setor de perto por uma razão: ao permitir que as indústrias façam as próprias redes, os Estados, na avaliação das distribuidoras, tiram uma de suas principais receitas. Quando constroem dutos, as concessionárias não apenas são remuneradas pela obra, mas também aumentam sua base de ativos – ou seja, são “premiadas” com aumentos tarifários que encarecem o custo do gás para consumidores. Se esses dutos são implementados pelos próprios clientes, a distribuidora recebe apenas a cobertura de custos de operação e manutenção – em alguns casos, como no de Sergipe, nem isso, já que a usina está muito próxima da faixa litorânea.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Pré-sal na mira

Direto da fonte:

Doria tomou café da manhã com Rodrigo Maia, ontem, em Brasília, e depois foi à casa de Alcolumbre. Trataram da cessão onerosa, que prevê partilha dos recursos do pré-sal entre Estados e municípios em partes iguais. O leilão do petróleo é em novembro. O tema, ainda sem consenso quanto à partilha, virou moeda de troca entre o Planalto e o Congresso na aprovação da Reforma da Previdência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Usina de Itaipu atinge 60 milhões de megawatts

Notas

A hidrelétrica de Itaipu atingiu ontem a produção acumulada de 60 milhões de megawatts- hora (MWh) em 2019. O volume corresponde ao consumo de eletricidade de todo o País por 46 dias. Este ano, o fator de capacidade operativa, que mede a quantidade de água turbinável que efetivamente gerou energia, chega a 99,08%. O índice de disponibilidade das unidades geradoras é de 97,53%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Protesto contra alta do combustível faz Equador decretar 'estado de exceção'

Fim dos subsídios. Ruas e estradas são bloqueadas nas principais cidades, transporte público decreta greve e escolas suspendem as aulas; manifestantes queimam pneus e entram em confronto com polícia, que prende 19 pessoas e cerca palácio presidencial em Quito

QUITO

O presidente do Equador, Lenín Moreno, decretou ontem estado de exceção no país em razão de uma onda de protestos contra o aumento de até 123% no preço da gasolina, decorrente do fim de um subsídio estatal de 40 anos. Ao menos 19 pessoas foram presas. Houve bloqueio de estradas em Quito, Cuenca e Guayaquil, as três principais cidades equatorianas, além de saques e episódios de vandalismo. A retirada de subsídios veio depois de o Equador fechar um acordo de US\$ 2 bilhões com o FMI.

Moreno disse que não permitirá que o caos se imponha e não há nenhuma chance de ele anular as medidas econômicas anunciadas na segunda- feira. A gasolina subiu de US\$ 0,48 o litro para US\$ 0,60 e o diesel de US\$ 0,27 para US\$ 0,60. O presidente argumenta que o fim dos subsídios servirá para combater o contrabando de combustível e incentivar a economia. Em meio aos protestos, foram registrados furtos e agressões a jornalistas.

Houve manifestações em menor escala em Cuenca, a terceira maior cidade do país, Ibarra e Ambato. "Esse tempo acabou. Temos de abandonar esse costume de impor critérios violentos e de apostar no pior com a ajuda do vandalismo", disse o presidente. "Para garantir a segurança dos cidadãos, declarei estado nacional de exceção, que suspende alguns direitos e dá poder aos militares para manter a ordem."

Revolta. “Abaixo o pacote”, gritavam os manifestantes nos arredores da Praça de Armas, de Quito, onde está localizado o Palácio de Carondelet, sede do Executivo. A polícia e o Exército foram destacados para proteger o local e cercaram o palácio. O estado de exceção é válido por 60 dias, prorrogáveis por mais 30. Alguns direitos foram suspensos, de acordo com o Ministério da Defesa, para garantir a segurança dos equatorianos. O governo de Moreno alega que os protestos impediram o direito de ir e vir da população.

Entre os líderes das manifestações estão os motoristas de táxi e caminhoneiros. Ontem, os terminais de ônibus permaneceram fechados. Manifestantes ergueram barricadas com pneus queimados e lixo nas ruas de Quito. “Vamos parar esse país até que o governo desista do decreto” ameaçou o líder dos motoristas Abel Gómez.

Ruptura. Moreno assumiu a presidência do Equador em 2017, apadrinhado politicamente pelo ex-presidente Rafael Correa. No poder, rompeu com o antecessor e se aproximou da oposição. Para reverter a crise econômica produzida pelo fim do ciclo das commodities, tomou medidas econômicas impopulares. O objetivo do presidente é reduzir o déficit fiscal, estimado em US\$ 3,6 bilhões, este ano, para US\$ 1 bilhão, no ano que vem.

A dívida cresceu no final do mandato de Correa em consequência da perda de arrecadação com o petróleo e pelo fato de o Equador não ter uma política monetária, já que a economia é dolarizada. Assim, não pode desvalorizar sua moeda. Correa, que é investigado por corrupção e vive na Bélgica desde que deixou o governo, criticou a medida. “Os traidores nunca mudam”, afirmou o ex-presidente. O líder equatoriano também tem se aproximado do governo americano e adotado políticas pró-mercado. Graças a essas mudanças, conseguiu finalizar o acordo em março com o FMI, uma das instituições mais odiadas no Equador.

“Estamos cansados de falsas promessas”, disse o taxista Sergio Menoscal, em um bloqueio de estrada em Guayaquil. “Não somos cegos. Esse governo não fez nada pelo povo.” O Equador viveu anos de instabilidade política nas décadas de 90, quando a maioria dos presidentes eleitos não conseguia terminar o mandato. Na virada do século, o país dolarizou sua economia em meio a uma crise inflacionária, depois de decretar feriado bancário e congelar contas da população. / AFP, EFE e REUTERS

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 04/10/2019****Seção: Mercado****Autor: Danielle Brant****Título: Privatizações rendem R\$ 78,6 bi em 2019, afirma ministério**

Brasília- O governo já levantou R\$ 78,6 bilhões com privatizações e desinvestimentos em 2019, segundo informações divulgadas nesta quinta (3) pelo Ministério da Economia. Contando concessões e venda de ativos naturais, o resultado chega a R\$ 96,2 bilhões, batendo a meta estipulada para o ano inteiro, que era US\$ 20 bilhões (R\$ 82 bilhões).

Na lista entram operações realizadas no ano passado e integralizada em 2019, como a venda das distribuidoras Amazonas Energia e Ceai, da Eletrobras, assim como da participação de 75% que a estatal tinha na usina Uirapuru Transmissora.

Até setembro, foram concluídas as vendas da participação do Banco do Brasil e da Caixa no IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). Em relação à Petrobras, foram contabilizadas a venda da BR Distribuidora, da refinaria de Pasadena e da TAG.

Nas concessões, que responderam por R\$ 5,7 bilhões do total, há aeroportos da Infraero e terminais do Porto de Santos. A venda de ativos naturais, como campos de petróleo Enchova e Pampo, levantou R\$ 11,9 bilhões.

A Secretaria de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do ministério revisou para cima o número de estatais federais desde o começo da gestão Bolsonaro. Segundo o secretário Salim Mattar, são 637 estatais federais com participação direta e indireta da União — no início do ano, eram 440.

Nesse total estão também empresas em que a União tem participação minoritária, como a Vale, Itaú Unibanco, Oi e Ambev.

Em entrevista coletiva, Mattar criticou ainda a lentidão do processo de venda de outras empresas.

“Num primeiro momento, está sim, até pela minha própria ansiedade, mais lento do que eu esperava. Mas o estado brasileiro é tão gigante, é tão lento e tão burocrático, que nada é fácil de fazer aqui”, afirma.

O secretário ressaltou ainda que Petrobras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil não estão no radar para privatização no momento.

Em agosto, o governo ampliou o escopo de projetos que deseja conceder à iniciativa privada ao incluir presídios, escolas, creches e parques nacionais no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

Foram incluídos Telebras, Correios, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Amanda Lemos

Título: Sindicatos de petroleiros propõem rejeição da proposta feita pelo TST e ameaçam greve

São Paulo- Após o fim do prazo de resposta estipulado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) até anoite de quarta (2), os trabalhadores da Petrobras rejeitaram a proposta do tribunal e ameaçam greve.

Na segunda (30), o TST afirmou que a proposta da mediação era mais favorável aos trabalhadores, ao manter benefícios que a Petrobras gostaria de cortar, e criticou os sindicatos por não terem levado o texto para apreciação dos empregados em assembleia. O tribunal concedeu mais dois dias às entidades, e o prazo encerrou na quarta (2).

Em conselho deliberativo, que reuniu 13 sindicatos filiados à FUP (Federação Única dos Petroleiros), os petroleiros convocaram assembleias entre os dias 7 e 17 de outubro.

Os pontos aprovados na reunião foram a rejeição da proposta apresentada pelo TST e greve da categoria a partir do dia 26 de outubro.

A FNP (Federação Nacional dos Petroleiros) também se reuniu na quarta (2) para decidir os rumos das negociações.

Os sindicalistas marcaram assembleias entre os dias 4 e 15 de outubro e deram indicativo de rejeição a proposta do TST. Em nota, a FNP criticou o tribunal e disse que a proposta “continua sendo uma afronta à categoria petroleira e um ataque direto aos aposentados e pensionistas.” A FNP acusa a Petrobras de destituição de cargos de confiança de trabalhadores que votaram contra a proposta da empresa, punição e transferências arbitrárias durante antes da negociações serem mediadas pelo TST. “Por fim, cabe ressaltar a tentativa de

dificultar o trabalho do movimento sindical, ao seguir a proposta de impor às entidades o custo integral dos dirigentes liberados, e também ao se recusar a inserir no ACT cláusula que garanta o desconto da contribuição sindical dos associados no contracheque, entre outros ataques que serão devidamente detalhados nas mídias do sindicato e no dia assembleia”, diz a nota. Em comunicados aos trabalhadores na terça-feira (1º), a estatal disse que, como o acordo atual encerrou-se na terça, começaria a retirar benefícios e migrar para a legislação trabalhista vigente. Para parte deles, seria oferecido acordo individual, com alguns benefícios adicionais.

As negociações dos termos do acordo entre as partes iniciaram em maio.

Em setembro, a pedido da Petrobras, as conversas passaram a ser mediadas pelo tribunal, mas também não houve aproximação.

O TST diz que foi a primeira vez que entidades sindicais se recusaram a submeter proposta de mediação à categoria profissional. No tribunal, existe a preocupação de que a estratégia tenha como objetivo forçar uma greve de conotação política contra a venda de refinarias da estatal.

O caso vem sendo acompanhado pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), diante do risco de greve. Este ano, as negociações foram dificultadas pela abertura de processos de vendas de refinarias da estatal, que enfrentam resistência dos sindicatos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Equador decreta estado de exceção após protestos por alta da gasolina

Acordo com FMI retira subsídios a combustíveis, e presidente Lenín Moreno sofre forte reação

Quito | AFP e Reuters- O presidente do Equador, Lenín Moreno, decretou nesta quinta-feira (3) estado de exceção em todo o país após protestos contra uma série de medidas do governo. Entre elas estão a alta de até 123% nos preços de combustíveis e reformas tributárias.

“Para garantir a segurança dos cidadãos e evitar o caos, decretei estado de exceção em nível nacional”, disse o líder equatoriano à imprensa depois de se reunir com membros de seu gabinete em Quito. A medida, válida durante 60 dias, de acordo com a Constituição, pode ser estendida por outros 30.

Sob estado de exceção, o território equatoriano se torna uma zona de segurança, suspendendo ou limitando direitos como livre mobilidade ou impondo censura prévia à imprensa.

Também autoriza o governo a colocar oficiais militares e policiais no controle público e providenciar o fechamento de portos, aeroportos e passagens de fronteira.

Quando a medida referente aos combustíveis entrou em vigor, na quinta, motoristas de táxi, ônibus e caminhões bloquearam as ruas da capital Quito e de Guayaquil, enquanto terminais de ônibus ficaram fechados. Grupos indígenas, estudantes e sindicatos aderiram às manifestações, bloqueando estradas com pedras e pneus queimados.

Manifestantes que tentavam chegar ao palácio do governo, no centro de Quito, entraram em confronto com a polícia. A ministra do Interior, Maria Romo, disse que 19 pessoas foram presas por bloquear estradas e outros crimes.

O governo de Moreno está no centro da ira popular por conta do desmonte dos subsídios para diesel e gasolina após um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o que levou a um aumento das taxas de até 123%.

O presidente enfrenta as primeiras consequências do acordo que assinou com o órgão em março para obter créditos depois do elevado endividamento público da economia dolarizada.

Autoridades do país afirmam que a eliminação dos subsídios era necessária para elevar a economia e deter o contrabando.

Moreno, que venceu a eleição em 2017 para suceder Rafael Correa, disse a repórteres que o subsídio “perverso” ao combustível, em vigor há 40 anos, distorceu a economia.

Ele alertou os manifestantes que não permitirá “a imposição do caos” e que os protestos não podem paralisar o Equador. “Esse tempo já passou, esse tempo acabou. Devemos abandonar esse costume que limita os miseráveis, que impõe critérios e, pior, com atos de vandalismo e de violência”, afirmou.

Com uma população de mais de 17 milhões de pessoas, o Equador tem uma longa história de instabilidade política. Protestos de rua derrubaram três presidentes durante turbulências econômicas na década anterior à chegada de Correa ao poder, em 2007.

O ministro da Economia, Richard Martinez, disse na quarta (2) que o Equador espera economizar cerca de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 6,13 bilhões) por ano com a

eliminação dos subsídios aos combustíveis. Com as reformas tributárias, diz ele, o governo se beneficiaria de cerca de US\$ 2,27 bilhões (R\$ 9,28 bilhões).

Na terça, o Equador anunciou que deixaria a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para bombear mais petróleo e aumentar as receitas.

O governo quer reduzir o déficit fiscal de cerca de US\$ 3,6 bilhões (R\$ 14,72 bilhões) neste ano para menos de US\$ 1 bilhão (R\$ 4,09 bilhões) em 2020. A dívida do Equador cresceu sob Correa, que endossou Moreno nas eleições de 2017, mas desde então se tornou crítico de seu sucessor devido a políticas econômicas mais favoráveis ao mercado.

O governo de Moreno chegou a um acordo de US\$ 4,2 bilhões (R\$ 17,18 bilhões) com o FMI em fevereiro. Mas o ceticismo do órgão continua forte com o Equador e com outros países da América Latina, onde muitos culpam as políticas de austeridade pelas dificuldades econômicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes e Bernardo Caram

Título: Desgaste entre Guedes e Bolsonaro aumenta

Intenção do ministro de enfraquecer proposta do pacto federativo após derrota na Previdência incomodou presidente

Brasília- A relação entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes (Economia), o “posto Ipiranga” do governo, sofreu novo desgaste esta semana após derrota do Palácio do Planalto na votação da reforma da Previdência.

Bolsonaro ficou incomodado depois de ter chegado a ele a informação de que Guedes trabalhava para enfraquecer a proposta do pacto federativo.

De acordo com assessores palacianos, o presidente teve receio de que o episódio soasse como uma ameaça por parte do ministro aos parlamentares, o que poderia fragilizar a relação entre governo e Senado.

Além da reforma da Previdência ainda precisar passar por votação em segundo turno no plenário, a casa legislativa será a responsável por validar a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSD-SP) para o cargo de embaixador do Brasil em Washington.

Após sofrer derrota na votação da reforma no Senado, Guedes iniciou na quarta (2) um movimento para desidratar a proposta do governo para o pacto federativo — conjunto de medidas que visam destinar mais recursos para estados e municípios.

A ação do chefe da equipe econômica veio horas após os senadores derrubarem um artigo da reforma que criava regras mais rígidas para recebimento do abono salarial. Pelos cálculos do Ministério da Economia, a mudança reduziu o impacto da proposta em R\$ 76,4 bilhões em dez anos.

Embora a equipe econômica negue que haja estremecimento na relação do ministro com o chefe do Executivo, os ruídos de informação levaram Guedes a dar explicações pessoalmente ao presidente nesta quinta-feira (3).

Bolsonaro teme que o desgaste de sua imagem perante a opinião pública com a reforma da Previdência seja em vão, já que a economia pode ficar muito aquém do que o prometido e anunciado pela equipe econômica.

Guedes aproveitou o clima de descontração de uma festa surpresa em comemoração do aniversário do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) para dar explicações ao chefe do Poder Executivo.

Segundo interlocutores, o ministro da Economia afirmou que as divergências na verdade estão entre os parlamentares, que se queixam de problemas de distribuição de recursos federais.

Auxiliares de Guedes afirmam ainda que a ação dele no Congresso é justa porque sua imagem sairia desgastada se ele aceitasse passivamente as mudanças no texto que impuseram perda de economia com a aprovação da reforma.

Na visão de assessores de Bolsonaro, o chefe da Economia falhou ao agir de forma intempestiva pois pode prejudicar a frágil relação do Executivo com o Legislativo.

Numa tentativa de traçar saídas e garantir que o texto da reforma seja aprovado sem que o Congresso imponha novas derrotas, o governo agora estuda novas distribuições de recursos na cessão onerosa e no pacto federativo, além da liberação de emendas parlamentares.

Para isso, o Secretário da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, entrou em campo na quarta e passou a levantar demandas de parlamentares e das bancadas.

Em outra frente para conter a crise instalada no Legislativo nesta semana e garantir apoio à reforma da Previdência, Guedes propôs a lideranças do Congresso que parte dos recursos arrecadados com leilões de petróleo sejam convertidos em emendas parlamentares, que destinam verbas a obras nas bases eleitorais.

A ideia defendida por Guedes é fazer uma divisão dos recursos arrecadados com os leilões não apenas entre União, estados e municípios, como estava previsto, mas também com parlamentares.

Na divisão, que exige aprovação do Congresso, pouco menos de 70% dos recursos ficariam com a União. Do valor restante, seriam destinados 40% a emendas parlamentares, 30% para estados e 30% para municípios.

Nas reuniões com autoridades, o ministro argumentou que a medida está alinhada com sua ideia de dar mais poder aos parlamentares na gestão do Orçamento. Isso porque hoje apenas 6% do Orçamento federal é de despesas de execução não obrigatória, que podem ser remanejadas.

Todo o restante é carimbado e não pode ser alterado pelos parlamentares.

Nos últimos meses, Guedes viu sua alcunha de “posto Ipiranga” enfraquecida, em especial durante o debate da reforma tributária, em discussão no governo.

Inicialmente Bolsonaro foi convencido pelo ministro a enviar ao Congresso uma proposta de reforma tributária que incluísse a recriação de um tributo nos moldes da extinta CPMF.

A iniciativa, porém, encontrou um adversário de peso no Palácio do Planalto.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, aconselhou mais de uma vez Bolsonaro a abandonar a ideia, o que ecoou entre eleitores do presidente e o levou a desistir.

A partir de então, o presidente passou a fazer consultas sobre assuntos econômicos com Onyx e os ministros Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo levantou R\$ 96 bi com privatizações este ano

O Ministério da Economia informou ontem ter vendido R\$ 96,2 bilhões (ou US\$ 23,5 bilhões) de ativos. Isso inclui privatizações e concessões e atende a uma meta estipulada para o ano inteiro, que era de arrecadar US\$ 20 bilhões (R\$ 82 bilhões). Apenas cerca de R\$ 6 bilhões do total levantado, porém, entraram nas contas do Tesouro.

Isso ocorreu porque as operações consideradas como privatizações pelo Ministério da Economia foram conduzidas por Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. O dinheiro entrou na conta dessas empresas. A Petrobras usou os recursos para abater dívida. O secretário de Desestatização, Salim Mattar, reconhece que o ritmo está aquém do desejado: — O Estado brasileiro é tão gigante que nada é fácil de fazer.

O governo tem participações em 637 empresas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/10/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA, MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA E RENATA VIEIRA

Título: Previdência: 2º turno pode ficar para o dia 22

Governo busca soluções para impasse sobre divisão de recursos do megaleilão, que trava tramitação da reforma. Equipe econômica estuda repassar parte da verba a emendas parlamentares. Senadores tentam encurtar prazo para votar

BRASÍLIA- A votação do segundo turno da reforma da Previdência poderá ocorrer apenas no dia 22 de outubro, mas o governo se movimenta para cumprir o cronograma e concluir o processo ainda na primeira quinzena deste mês. O sucesso dessa empreitada depende principalmente da resolução de um impasse sobre a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo da cessão onerosa, marcado para o fim do ano. Por parte da equipe econômica, o plano é repassar parte dos recursos do leilão a deputados e senadores, por emendas parlamentares. Já no Congresso, o esforço é para articular a quebra do chamado interstício — prazo de cinco sessões entre o primeiro e o segundo turno — para que a votação ocorra já na próxima quarta-feira.

O segundo turno é a etapa final da reforma da Previdência. Depois de aprovada, as novas regras para aposentadorias e pensões já passam a valer.

Se não houver acordo para quebra de interstício, o texto ficará pronto para ser apreciado nos dias 16 e 17 de outubro, daqui a duas semanas. Contudo, o evento de canonização da Irmã Dulce em Roma, no dia 13, e na Bahia, no dia 20,

pode esvaziar o plenário e empurrar a votação para o dia 22, segundo senadores.

A equipe econômica está procurando a oposição para evitar que isso ocorra. Os técnicos vão acenar para o PT, por exemplo, com uma negociação feita durante a votação em primeiro turno, que resultou na retirada da emenda que endurecia regras para anistiados políticos. Em outra frente, o governo se comprometeu com o líder do bloco formado por MDB, PR e Republicano, Espiridião Amim (PP-SC), a enviar ao Congresso o mais rapidamente possível um projeto de lei para amenizar as regras das aposentadorias especiais de trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde.

Tudo isso só avançará, no entanto, se o impasse entre Câmara e Senado sobre a divisão de recursos do leilão da cessão onerosa for vencido. Para isso, a equipe econômica estuda propor incluir emendas parlamentares na divisão do bônus de assinatura do certame, fixado em R\$ 106,5 bilhões.

Descontados os valores de União, Petrobras e Rio, estado produtor, sobrariam cerca de R\$ 22 bilhões para dividir entre estados e municípios. No mês passado, senadores decidiram que esse valor seria dividido da seguinte forma: 15% para estados e 15% para os municípios. A divisão obedeceria aos critérios dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Esse arranjo desagradou à Câmara, onde as regiões Sul e Sudeste são mais bem representadas. Para alguns deputados, a divisão privilegiou Norte e Nordeste, mais fortes no Senado. Por isso, quando a proposta de divisão fechada no Senado chegou à Câmara, os critérios de repartição foram retirados do texto.

SOLUÇÃO CONJUNTA

A inclusão de emendas parlamentares foi originalmente sugerida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para dividir os recursos dos futuros leilões do pré-sal, sem contar o da cessão onerosa. Mas, diante do impasse, a estratégia é vista como forma de acalmar os ânimos. Líderes no Congresso ainda não abraçaram a ideia. No Senado, a sinalização inicial é de que a proposta não agrada.

Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniu com Guedes para tratar do assunto. Após o encontro, afirmou que busca uma solução conjunta com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ele descartou a edição de uma medida provisória (MP) para definir regras de repartição, como chegaram a pedir senadores.

— Tenho convicção e certeza que o presidente (Alcolumbre) vai liderar esse acordo para que, com a liderança dele, a gente consiga construir a solução para a distribuição dos recursos da cessão onerosa — disse Maia, após o encontro.

Além do impacto sobre a Previdência, entrou no radar da equipe econômica a possibilidade de o atraso na definição dos critérios de divisão comprometer o Orçamento de 2020. O leilão está marcado para 6 de novembro, e o dinheiro deve entrar na conta do Tesouro em 27 de dezembro. Se não houver definição até lá, os recursos entrarão como receitas da União, diminuindo o rombo de 2019. Por outro lado, no próximo ano, o governo teria que arcar com os repasses a estados e municípios, o que é computado como despesa primária. Isso vai atingir diretamente a meta fiscal do ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Olhar de dentro da Amazônia

O Brasil está de costas para a discussão do mundo sobre a Amazônia. Quem diz isso é o governador do Amapá, Waldez Góes, que participou da Cúpula do Clima, em Nova York, mas não pôde falar. Ele acha que o atual governo federal tem um “discurso permissivo” em relação ao desmatamento e define essa situação como perigosa, porque o resultado disso pode ser a criação de barreiras aos produtos brasileiros decretadas diretamente por quem compra:

— Dificilmente um país vai criar barreira comercial, mas quem consome pode criar, através da pressão sobre as empresas que compram de produtores brasileiros.

Ele diz que é “estranho” o que aconteceu em Nova York: — Acho que nem a comunidade internacional pode debater a Amazônia sem ouvir o povo da Amazônia, seja autoridade política, indígena, ou produtor, nem o Brasil pode deixar de participar de qualquer debate sobre Amazônia no mundo.

O governador estava convidado a falar na reunião da Cúpula do Clima, mas ao chegar foi informado de que a Colômbia não queria que ele tivesse direito à palavra, por pressão, soube-se depois, do próprio Itamaraty. A diplomacia brasileira negou que tivesse feito esse movimento, e ele mesmo nem comenta o motivo de a sua palavra ter sido suspensa. O que ele entendeu, participando como ouvinte, é o fato estranho de o Brasil atualmente ter abandonado o protagonismo que já teve: — Pela sua dimensão continental o Brasil tem que não apenas participar, como também liderar esse debate sobre florestas, sobre

redução das emissões. Na hora em que o Brasil se ausenta e demonstra que está fazendo uma mudança para um modelo de desenvolvimento mais permissivo com o desmatamento a situação pode complicar porque somos produtores de alimentos.

Waldez Góes é coordenador do Consórcio Amazônia Legal e conta que os governadores da região têm mantido intensa articulação, como reuniões com a Noruega, Alemanha e o Reino Unido, para reativar o Fundo Amazônia, de preferência com a mesma governança de antes, em que cada um dos estados tinha um representante no Conselho Orientador. Ele diz que os estados já enviaram carta ao governo federal pedindo a reconstituição integral do Fundo Amazônia. Por uma resolução do Senado, consórcios, como o que ele lidera, podem realizar operações de crédito multilateral, bilateral, reembolsável ou não. Uma das opções é a relação direta com doadores.

O que ele considera é que o país não está em condições de recusar dinheiro, como tem feito. Novas reuniões técnicas devem ser realizadas com a Noruega e a Alemanha nos próximos meses. E há encontros marcados também com o governo para que o instrumento, que tem financiado operações de combate ao desmatamento na região, volte a funcionar.

Sobre a operação das Forças Armadas na região, o governador Waldez Góes disse que todos os estados aderiram, mesmo os que não estavam com problemas, como o Amapá. Afirmo que aderiu como prevenção porque lá o aumento das queimadas ocorre em outubro e novembro: — O que temos que fazer agora é pactuar uma central de monitoramento permanente. Porque sair da crise, diminuir as queimadas e esquecer a Amazônia até a próxima crise não dá. Precisamos de uma força-tarefa para recuperar a situação exposta do Brasil e da Amazônia.

Ele diz que discorda da mineração em terra indígena, principalmente a partir da maneira como ela está sendo proposta agora, “de forma permissiva” Segundo ele, na Amazônia há muita terra “antropizada” e é mais importante recuperar essas áreas do que ocupar outras: — Por que vamos discutir a terra dos índios se não temos tido competência ainda para produzir nas terras que foram antropizadas?

Ele defende o uso da “informação, ciência e conhecimento” na exploração econômica da floresta, por isso quer a reativação do Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA), “que foi criado há mais de dez anos e nunca funcionou”.

O Amapá acaba de contratar o Exército para fazer o georreferenciamento de áreas do estado que deve regularizar: — Contratei com recursos do estado, gostaria que fosse com dinheiro do Fundo Amazônia.

Segundo ele, o consórcio da Amazônia tem governadores de diversas linhas políticas que têm conseguido se entender para projetos na mesma direção.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/10/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Acordo tenta pôr fim à guerra pelo pré-sal

Para acabar com a guerra aberta entre o Senado e a Câmara que ameaça desidratar ainda mais a economia com a reforma da Previdência, o governo propôs a divisão do dinheiro do megaleilão de petróleo da área do pré-sal, marcado para novembro, também com senadores e deputados por meio do aumento de recursos para emendas parlamentares. As emendas são verbas do Orçamento direcionadas para os congressistas enviarem aos seus redutos eleitorais.

A nova proposta de governo foi discutida ontem entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes. “Vamos fazer uma construção em conjunto sob a liderança de Alcolumbre (Davi Alcolumbre, presidente do Senado) para que a gente possa aprovar a PEC da cessão onerosa na Câmara e encaminhar para a promulgação”, afirmou Maia, após o encontro.

A disputa pela partilha do dinheiro do pré-sal colocou Maia e Alcolumbre em lados opostos, e abriu uma crise também com governadores e prefeitos. Até agora bastante próximos, os presidentes da Câmara e do Senado brigaram antes e depois do acordo fechado, na semana passada, que abriu caminho para o leilão, mas deixou para depois a definição sobre a forma de divisão dos recursos entre prefeitos e governadores.

Caciques da Câmara, entre eles os líderes do PP, Arthur Lira (AL), e do DEM, Elmar Nascimento (BA), comandaram nos bastidores um movimento para diminuir a parcela de 15% acertada para estados e subir de 15% para 20% o dinheiro destinado aos prefeitos. A intenção era também diminuir a parte da União.

Em retaliação, os senadores, principalmente da bancada do Norte e do Nordeste, organizados em torno dos governadores, impuseram uma perda de R\$ 73,4 bilhões na economia prevista com a reforma da Previdência, na votação em primeiro turno no Senado.

Os senadores também ameaçaram não votar a reforma em segundo turno até que o acordo inicial fosse respeitado. Já os deputados resistem a dar recursos aos governadores, sobretudo do Nordeste, que não apoiaram a reforma da

Previdência. Nos bastidores, eles reclamam da atuação dos senadores Renan Calheiros (MDB-RN) e Eduardo Braga (MDB-AM).

Os dois lados fizeram acusações mútuas de descumprir o acordo, que incluía a votação da Previdência e a partilha igual entre estados e municípios. Com o impasse, o governo busca o acordo para não perder mais com a Previdência.

Além de partilhar o bônus de assinatura que será pago pelas empresas vencedoras do leilão de novembro, o governo ainda propõe dividir os recursos arrecadados nos próximos 30 anos com a exploração do pré-sal (receitas de royalties e participações de petróleo que hoje são só da União) em três partes: estados, municípios e Congresso.

Dessa forma, logo depois do leilão, estados, municípios e parlamentares (por meio das emendas) ficariam cada um com 10% (R\$ 7,3 bilhões) dos R\$ 106,5 bilhões que serão arrecadados com o leilão.

A partilha acordada inicialmente era de 15% (R\$ 10,95 bilhões) para estados e 15% para municípios. Outros R\$ 2,19 bilhões (3%) seriam destinados para o Rio de Janeiro. A União ficaria com R\$ 48,9 bilhões, e à Petrobras caberiam R\$ 33,6 bilhões. Uma fonte da equipe econômica avaliou que a proposta, se aceita, pode ser “matadora” e a chave da “nova política”, já que o Congresso passará a ter mais recursos para as emendas. Muitos parlamentares reclamam que arcaram com “custo político” por aprovar a reforma da Previdência, e que os recursos acabariam indo para os governadores, que não têm tanta influência no Congresso.

Projetos em risco

O imbróglio da repartição dos recursos do pré-sal é consequência da falta de articulação política do governo, que, além de ameaçar a reforma da Previdência, pode ter reflexos negativos em outros projetos importantes para o Executivo, como as mudanças no sistema tributário e as privatizações.

Antes da negociação de ontem com Maia, o ministro Paulo Guedes, tinha jogado lenha na fogueira ao dizer que dará o troco aos estados por conta do desfecho da primeira votação da reforma no Senado, que manteve o abono salarial para quem ganha até dois salários mínimos e, dessa forma, diminuiu em R\$ 76,4 bilhões a economia projetada pelo governo para os próximos 10 anos.

O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, chegou a reforçar, ontem, que a área econômica vai compensar, na discussão do pacto

federativo, a “desidratação” da reforma da Previdência pelos senadores.

A proposta original do governo para aumentar as transferências de recursos aos estados e municípios era, conforme o secretário, de R\$ 500 bilhões em 10 anos. No entanto, com a derrota imposta pelo Senado, esse valor seria reduzido na mesma proporção das perdas, ou seja, em cerca de R\$ 130 bilhões, disse Valdery. Segundo ele, a redução da economia com a reforma para um total de R\$ 800 bilhões em 10 anos “já afeta o equilíbrio fiscal” do governo.

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), reagiu e disse que a Casa só votará a reforma da Previdência em segundo turno se o governo avançar no pacto federativo. “O pacto foi objeto de acordo entre o governo e as lideranças partidárias do Senado. O Senado fez a parte dele, votando a reforma em primeiro turno. O governo deve cumprir sua parte.”

A questão do pacto federativo é fundamental para reduzir a situação de penúria dos cofres dos estados e municípios. Além disso, governadores e prefeitos pretendem chegar às eleições municipais de 2020 com realizações para apresentar ao eleitorado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/10/2019

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni

Título: Leilão pode render R\$ 106,5 bilhões

O ministro da Economia, Paulo Guedes, estima arrecadar R\$ 106,5 bilhões com bônus de assinatura com o leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa, marcado para 6 de novembro, e conta com esse dinheiro para reduzir o déficit das contas públicas. Para não comprometer a realização do certame, o Senado fechou um acordo e promulgou parcialmente, na semana passada, a Emenda Constitucional nº 102, que autorizou o governo a fazer o leilão e a indenizar a Petrobras em US\$ 9 bilhões (R\$ 33,6 bilhões).

A forma como será feita a repartição, contudo, foi colocada em outra Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que terá de voltar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. O relator da PEC, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), afirmou que, para o colegiado, a vida acontece nos municípios, portanto a fatia das cidades deveria ser de 20%, restando 10% aos estados. “Esses recursos da cessão onerosa são fundamentais para reerguer os municípios e salvar os prefeitos”, disse. “Vamos resolver isso até a semana que vem na comissão”, garantiu. Por trás da nova divisão estão as eleições municipais do ano que vem.

Os senadores, no entanto, ameaçam não votar a reforma da Previdência em segundo turno caso o acordo com o governo sobre a distribuição dos 30% para estados e municípios não seja mantido. É esse impasse que a proposta de acordo costurada ontem à noite tenta resolver.

De acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, o leilão não precisaria de PEC nenhuma. “O governo não tinha os US\$ 9 bilhões para indenizar a Petrobras, porque ultrapassava a teto de gastos. Isso foi aprovado na Câmara, mas os senadores modificaram a proposta. Como a distribuição dos recursos passaria via fundos, estados como Ceará, Maranhão e Bahia, que não são produtores, seriam beneficiados. Então, o governo abriu mão de 3% da sua parte para o Rio Janeiro”, explicou. O diretor do Cbie garantiu que, apesar das disputas no Legislativo, o leilão não está comprometido. “Depende apenas que o TCU (Tribunal de Contas da União) leia o relatório em plenário e o aprove na quinta-feira que vem”, destacou.

Para saber mais

O que é cessão onerosa

A cessão onerosa foi um acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobras, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris em seis áreas do pré-sal na Bacia de Santos (SP) sem licitação. A União transferiu à estatal Letras do Tesouro Nacional (LTN), equivalentes a R\$ 74,8 bilhões, que seria o valor do óleo naquele período, para ficar com uma participação maior na empresa. A Petrobras pagou os barris com as LTNs. O processo permitiu a capitalização da Petrobras em R\$ 120 bilhões, porque o lançamento de ações foi maior do que as que ficaram com a União. Em 2011, a Petrobras começou a explorar a área, perfurou diversos poços, achou petróleo em todos e descobriu que havia mais do que os 5 bilhões de barris previstos. O potencial da área é estimado em até 15 bilhões de barris e é esse excedente que vai a leilão em novembro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/10/2019

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Desestatizações somam US\$ 23,5 bi

O Ministério da Economia informou ontem que foram contabilizados US\$ 23,5 bilhões com desestatizações, privatizações e concessões até setembro. O resultado superou a meta de US\$ 20 bilhões prevista pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de acordo com o secretário especial de

Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar.

O valor, no entanto, não entrou integralmente no caixa da União, informou o secretário, sem detalhar o montante computado nos cofres públicos. Ele garantiu que novas privatizações serão realizadas este ano, mas reforçou que as vendas da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, denominadas “joias da coroa” pelo mercado, não estão na previsão do governo do presidente Jair Bolsonaro “até o fim deste mandato”. Logo, a meta de R\$ 1 trilhão prometida por Guedes durante a posse dificilmente será alcançada, pelas estimativas de especialistas.

Do montante divulgado pelo governo, de R\$ 96,2 bilhões, em valores convertidos com o dólar a R\$ 4,09, as privatizações responderam pela maior parte: R\$ 78,6 bilhões. Nesse volume, foram incluídas as vendas das subsidiárias da Eletrobras Amazonas Energia, Companhia Energética de Alagoas e Uirapuru Transmissora, realizadas em 2018, mas concretizadas neste ano.

Mattar admitiu que a velocidade da venda das estatais “está mais lenta do que o esperado”. A expectativa dele é de que o processo avance mais rápido após a aprovação da reforma da Previdência. “Os ministros estão convencidos de que o processo de privatização veio e é apenas uma questão de timing”, afirmou.

O secretário apresentou um novo levantamento feito pelo governo sobre o número de estatais. Segundo ele, a União participa de 637 empresas, direta ou indiretamente, e “mais de R\$ 100 bilhões dos cofres públicos” estão aplicados em participações acionárias, inclusive de companhias privadas com capital fechado. “Esse Estado é um Estado empresário”, criticou ele, defendendo a redução dos recursos. “Esse aparato viola a Constituição e não foca na qualidade de vida do cidadão”, afirmou.

Nos últimos 10 anos, Mattar informou que o governo desembolsou R\$ 190 bilhões para as empresas estatais federais, dos quais R\$ 160 bilhões foram para subsidiar ou cobrir o rombo de empresas públicas dependentes que dão prejuízo, como é o caso da Ceitec, de Porto Alegre, conforme disse. “Esses números são uma aberração”, criticou.

Conforme os dados apresentados por Mattar, existem 134 estatais federais controladas pela União, sendo 46 de controle direto. No último boletim da secretaria chefiada por ele, no entanto, esse número era de 133, porque inclui a venda da TAG, da Petrobras, concretizada em junho.

Subsidiárias

Dentre as companhias controladas pela União, a Eletrobras e a Petrobras são as

empresas com maior número de subsidiárias, coligadas ou participação acionária: 185 e 132 respectivamente. O BNDESPar, subsidiária do BNDES, tem participação em 102 empresas, das quais 69 possuem capital fechado e 33, capital aberto, como Bombril, Oi, Tim, Marfrig e JBS, algo bastante criticado pelo secretário que defendeu a saída total do governo nessas empresas.

O governo pretende desenvolver estudo para a venda de 17 estatais federais, que foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). Entre elas, estão a Casa da Moeda e os Correios, que precisam de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para serem privatizadas. Já Eletrobras, um Projeto de Lei. “Na próxima reunião do PPI, um novo grupo de empresas deverá ser incluído para serem vendidas”, afirmou Mattar sem citar nomes de empresas.

Sem data para concluir reforma da Previdência

A reforma da Previdência, embora muito perto da linha de chegada, ainda não tem data para ser concluída. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deu o recado assim que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 passou pelo primeiro turno no plenário, na última quarta-feira. Por ele, disse, a matéria seria pautada já na semana que vem, mas colocar o plano em prática depende de acordo entre as lideranças partidárias.

Alcolumbre, que costuma ser um dos parlamentares mais otimistas, já admitiu que pode ter que abrir mão do calendário inicial, que previa votação até 10 de outubro. Ele insistiu na data em várias ocasiões, ao longo das últimas semanas, mesmo depois do atraso na votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas, por fim, aceitou que pode ficar para a semana seguinte — ou seja, para até 18 de outubro.

Outros parlamentares apostam em datas ainda mais distantes. O senador Chico Rodrigues (DEM-RR), um dos vice-líderes do governo no Senado, por exemplo, foi um pouco além e esticou a previsão para a semana seguinte, a partir de 22 de outubro, na melhor das hipóteses.

O atraso tem vários motivos, mas o principal é a falta de acordo para a divisão dos recursos do megaleilão do excedente do petróleo do pré-sal entre estados e municípios. Os senadores querem que o Executivo envie uma medida provisória (MP) para assegurar a repartição entre os entes ainda este ano, antes que a Câmara mude os critérios definidos pelo Senado.

Para a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, Simone

Tebet (MDB-MS), um eventual atraso não prejudica o resultado. “É óbvio que queremos votar na semana que vem, mas se tiver de ser até o final de outubro, não tem problema”, disse ontem. Ela ressaltou que “ninguém nunca fez uma reforma dessa grandeza”. “O governo queria R\$ 1 trilhão e saiu com R\$ 800 bilhões. Eu acho que nem o governo imaginava que sairia com esse montante”, comentou.

Até integrantes do Ministério da Economia consideram arriscado pautar a matéria na próxima semana, a não ser que haja garantia de que nenhum outro corte será feito durante a última fase de discussão. O susto com a desidratação de R\$ 76,4 bilhões na votação em primeiro turno no plenário, com a manutenção do abono salarial para quem recebe até dois salários-mínimos (R\$ 1.996), fez com que a equipe econômica ficasse mais atenta, para não perder os R\$ 800,3 bilhões garantidos até agora.

Pacto federativo

Além disso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, deixou claro entre a equipe técnica que os valores perdidos na votação da reforma precisarão ser compensados no projeto do pacto federativo, que propõe uma nova divisão de recursos entre União, estados e municípios. Na quarta-feira, ele pediu que os cálculos que baseiam a proposta fossem refeitos para descontar dos valores que seriam repassados aos governos regionais todas as perdas na reforma.

Apesar das preocupações, o que alguns senadores consideram uma represália do ministro, Tebet não acredita que o Senado fará mais mudanças no texto. “O mercado, a sociedade e o governo já sabem que a reforma traz um alívio no déficit de R\$ 800 bilhões ao longo de 10 anos e não há possibilidade de desidratar mais essa reforma”, afirmou.

Senadores da oposição, entretanto, já se organizam para propor emendas supressivas, que retiram algum trecho da PEC. Esse é o único tipo de mudança que pode ser feito a partir de agora. Paulo Paim (PT-RS) já adiantou que vai sugerir 20 alterações e diz ter esperança de que elas serão aprovadas. “Foi por detalhes que nós não conseguimos outras vitórias, além da preservação do abono salarial”, observou. Paim lembrou que o governo percebeu a ameaça, na terça-feira, e, por isso, suspendeu o processo.

Processos serão corrigidos pelo IPCA

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por seis votos a quatro, que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) deve ser usado para corrigir processos em que cidadãos têm créditos a receber da

Fazenda pública. A decisão representa uma derrota para o governo, que defendia o uso da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária dos processos. A decisão pode gerar um impacto bilionário para os cofres públicos. A correção pelo IPCA-E, para ações judiciais contra o erário, estava suspensa pelo ministro Luiz Fux até que o Supremo avaliasse se valia também para os casos anteriores.

De acordo com um levantamento da Advocacia-Geral da União (AGU), anexado ao processo, o impacto aos cofres públicos poderia chegar a R\$ 40,8 bilhões somente nas ações que tramitavam na Justiça Federal entre 2011 e 2017. No entanto, a Corte determinou que o IPCA-E deve valer a partir de 2009, o que pode gerar um custo ainda maior. Atualmente, 138 mil processos correm na 1ª e 2ª instância de Justiça e aguardavam a definição do Supremo sobre o assunto.

O ministro Gilmar Mendes alertou para o impacto econômico e disse que o Tribunal deveria trabalhar para o equilíbrio econômico e fiscal do país. Além dele, Toffoli, Roberto Barroso e Luiz Fux votaram para uma modulação, ou seja, a definição de regras para aplicar a decisão nos processos. No entanto, os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Marco Aurélio, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello foram contra.

O advogado Luiz Felipe Dias de Souza, da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), comemorou a decisão e disse que a jurisprudência, seguida há mais de três décadas, foi confirmada. Ele declarou que, independente do valor, é correto pagar os cidadãos que aguardavam a quitação das dívidas e que estados e municípios podem usar mecanismos, como depósitos judiciais e linhas de crédito, para arcar com os custos.

MME / ASCOM .